

Intervenção de Raul e Castro na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril 1985)

Caption: A 11 de Abril de 1985, aquando dos debates na Assembleia da República sobre a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o deputado Raul Morais e Castro, membro do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE), explica as razões pelas quais o seu partido se opõe à adesão.

Source: Diário da Assembleia da República. 12.04.1985, n° 68 (III Legislatura, 2a Sessão legislativa). Lisboa: Assembleia da República. <http://debates.parlamento.pt/diary.aspx?cid=r3.dar&num=068&leg=103&ses=s12>.

Copyright: Debates Parlamentares / Assembleia da República

URL: http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_raul_e_castro_na_assembleia_da_republica_lisboa_11_abril_1985-pt-4a8358ac-b567-49c7-baa1-6397a0159362.html

Publication date: 06/09/2012

Intervenção de Raul e Castro na Assembleia da República (Lisboa, 11 Abril 1985)

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Raul e Castro.

O Sr. Raul e Castro (MDP/CDE): — A adesão de Portugal à CEE foi transformada pelo Governo num verdadeiro mito, que lhe tem servido de álibi, para evitar ser confrontado com as desastrosas consequências económicas e sociais da sua política.

A adesão à CEE não tem, por consequência, sido encarada pelo Governo numa indispensável visão de Estado, mas como um mero instrumento de propaganda partidária e até como rampa de lançamento de uma candidatura presidencial.

A verdade, porém, é que o mito da adesão à CEE assenta, na realidade, na adesão do nosso país a um modelo de sociedade capitalista de grande espaço económico, favorável à expansão dos grandes grupos económicos e das empresas multinacionais. Modelo este que não tem nada a ver com o Portugal de Abril, cujos objectivos, constitucionalmente reconhecidos, são assegurar a transição para o socialismo e a edificação de uma sociedade sem classes, nomeadamente eliminando e impedindo a formação de monopólios privados e desenvolvendo as relações económicas com todos os povos.

Torna-se evidente que a adesão à CEE não só vem criar um espaço restrito e privilegiado para as relações económicas do nosso país, como vem transformar Portugal num campo aberto aos monopólios privados, em especial aos monopólios estrangeiros.

Acresce que a CEE nem sequer tem mostrado ser um modelo válido, que consiga poupar as economias agrupadas à crise económica geral, nem sequer até atenuar os seus efeitos.

E deve mesmo dizer-se que da adesão à CEE, ao contrário do que as trombetas da fama do Governo têm espalhado, não vem nenhuma salvação ao mundo económico português, mas a sua sujeição, agravada pelo embate futuro com economias mais produtivas, tecnologicamente mais capacitadas e comercialmente mais poderosas e agressivas.

É por isso que o MDP/CDE toma uma posição contrária à adesão à CEE. No IV Congresso, em 1981, o MDP/CDE considerou que «a adesão plena de Portugal à CEE, mesmo com o calendário de integração melhorado! significa uma ruptura com a nossa estrutura produtiva», e ainda que «se as forças no poder insistirem na via da integração, há que exigir a avaliação das consequências da integração».

Lamentavelmente, nem este Governo, nem os que o precederam, erigindo num mito a integração, cuidaram de tornar públicas as consequências, graves e profundas, da adesão, e nem mesmo de divulgar sequer o que é, afinal, a CEE!

É inconcebível que se tenha já assinado em Bruxelas o acordo de adesão e que o País seja mantido na ignorância do que é a CEE e de quais serão as consequências da adesão de Portugal!

É inconcebível que no Portugal de Abril não se tenha ainda feito um grande debate nacional sobre a CEE e que seja possível um semanário publicar, há dias, um resumo das implicações do acordo, «em primeira mão», referindo que «ao fim de anos de negociações quase secretas – quase secretas, repito – a CEE deu finalmente o sim à entrada de Portugal»!

Não obstante, já no seu IV Congresso, em 1981, o MDP/CDE defendia que «a adesão à CEE não pode em qualquer caso ser estudada e decidida como simples trabalho de gabinete, como questão de foro exclusivo de técnicos e dirigentes políticos. Há que ouvir e fazer participar todos os sectores de actividade económica, todas as estruturas profissionais, as organizações sociais e as forças políticas na avaliação das consequências da adesão e das medidas cautelares que em negociações minimamente dignas teriam de ser tomadas em consideração».

E acrescentava:

«O MDP/CDE exige que sobre esta questão decisiva para o futuro da nossa pátria se desenvolva um amplo debate nacional, em que todos os pontos de vista sejam confrontados, para que o povo português assumira a plena consciência do significado da adesão à CEE perante o projecto de vida que pretende prosseguir.»

Contudo, por todas as condições, impostas pelo Governo e pela sua maioria parlamentar, que caracterizam a preparação, os tempos e a data deste debate, torna-se claro que o Governo improvisou este debate para obter dividendos políticos e não para levar a cabo o indispensável esclarecimento desta Câmara e do País sobre as consequências da integração na CEE. Bastará referir que os 3 dias previstos de reuniões da Comissão de Integração Europeia com os diversos ministros foram reduzidos a 1 dia apenas e a data, apontada pela maioria, de 15 do corrente, foi, à última hora, antecipada para 11, não fossem esbater-se, com o tempo, os fumos da vitória que o Governo pretende explorar em vez de a explicar, como devia.

E nem sequer o próprio Estatuto do Direito de Oposição – Lei n. 58/77, de 5 de Agosto – o Governo respeita, pois nem mesmo informou, «regular e directamente, sobre o andamento» das negociações com a CEE, os partidos da oposição.

O País tomou apenas conhecimento, atónito, de que o Primeiro-Ministro, num debate interno no PS, sobre as vantagens da adesão, referiu «330 bons lugares em Bruxelas», o que parece estar longe de ocorrer aos 500 000 desempregados portugueses, nem, certamente, se trata de lugares a eles destinados.

Todavia, o nosso povo continuará a desconhecer o que é a CEE e as consequências da adesão de Portugal, que serão graves e profundas.

Em 30 de Janeiro último, em conferência de imprensa do Grupo Parlamentar do MDP/CDE, tivemos ocasião de tornar pública uma política económica alternativa à desastrosa gestão do Governo, em que se insere o mito e o alibi da CEE.

O que o país necessita é de um projecto autónomo de desenvolvimento, que a adesão à CEE inviabiliza, pois tal projecto autónomo de desenvolvimento exige redução da dependência externa, com particular incidência nos domínios alimentares, energético, dos transportes e dos bens intermédios e de consumo; a recuperação do aparelho produtivo nacional, baseado na resposta ao mercado interno e da diversificação das exportações; a elevação da qualidade de vida do povo português, particularmente das camadas mais desfavorecidas, mediante a progressiva melhoria da satisfação das necessidades básicas.

Torna-se indispensável pôr em prática uma verdadeira política económica, cujas linhas de força assentam no aumento da produção, predominantemente dirigido para a substituição das importações e valorização dos recursos nacionais; na redução progressiva da dependência tecnológica e na busca de um novo posicionamento de Portugal na divisão internacional de trabalho; e no reconhecimento da imperiosa necessidade de planear o desenvolvimento económico numa perspectiva de longo prazo.

Tudo condições, desde a redução da dependência externa até à diversificação das trocas comerciais, que a adesão ao Mercado Comum contraria e impede.

O Sr. Primeiro-Ministro, na euforia de Bruxelas, afirmou que «tudo o que é obsoleto na nossa indústria e na nossa agricultura terá de desaparecer para dar o lugar ao que é novo e dinâmico» (dos jornais de 30 de Março de 1985). Podemos daqui concluir que, como na fábula do filho que leva o velho pai ao monte e lhe entrega uma manta para se cobrir nos últimos dias que ali passar, será conveniente, como aconselhava o velho pai ao filho, guardar este, que é novo e dinâmico, um bocado da manta para se cobrir a ele próprio quando chegar o seu tempo de velhice...

Ou, na frieza das estatísticas, devemos antes concluir que com a adesão à CEE, como se não bastasse, por exemplo, o aumento das falências, de 33,3%, em 1984, na óptica do Sr. Primeiro-Ministro, deverão as falências, como meio de desaparecimento de tudo o que é obsoleto, aumentar, não 33,3%, mas para 333,3%,

para dar lugar ao que é novo!

Só quem desconhece as reais estruturas industriais, agrícolas e comerciais do nosso país pode assumir tão catastrófica visão, totalmente alheia às gravíssimas consequências sociais que iria provocar.

Sem sequer se ter feito a mínima adaptação de tais estruturas ao choque frontal com a integração, sacrificam-se ao mito e ao álibi da CEE os mais sérios interesses do nosso povo.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, quem, como o MDP/CDE, encare a adesão à CEE numa perspectiva de Estado, no quadro real das suas graves consequências decorrentes da ruptura da nossa estrutura produtiva, agravada com a sua sujeição a economias muito mais poderosas, não poderá deixar de tomar uma posição contrária a tal adesão, em defesa de uma alternativa que, contando com o apoio das camadas laboriosas, salvguarde a aspiração do nosso povo por uma vida melhor, e, respeitando a independência nacional, constitua um verdadeiro projecto autónomo de desenvolvimento nacional, fiel a Abril e aos grandes princípios da Constituição da República.

Aplausos do MDP/CDE, do PCP e do deputado independente António Gonzalez.